

MPSP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Riachuelo, 115 - Bairro Sé - CEP 01007-904 - São Paulo - SP - www.mpsp.mp.br

NOTIFICAÇÃO

Processo SEI nº: 29.0001.0058018.2018-72

Objeto: análise da constitucionalidade da Lei Complementar 4.378 de 23 de outubro de 2018, do Município de São João da Boa Vista, que dispõe sobre cargos de provimento em comissão na estrutura administrativa do Departamento Municipal de Educação.

E-mail: contatocmsjbv@gmail.com

OFÍCIO DO EXPEDIENTE 255/2018

Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Fica Vossa Senhoria notificado para atender a solicitação contida no despacho que segue anexo, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico foi remetida para o endereço eletrônico acima referido.

A resposta deverá ser remetida necessariamente por e-mail para o endereço eletrônico subjuridica@mpsp.mp.br.

O prazo para atendimento da presente notificação consta no despacho que segue anexo e terá como marco inicial a data de recebimento constante no AR.

Caso haja qualquer dificuldade em acessar os autos basta solicitar nova remessa através do endereço eletrônico subjuridica@mpsp.mp.br.



Documento assinado eletronicamente por **Mileide Servilha, Oficial de Promotoria**, em 07/12/2018, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://wwwj.mpsp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0288829** e o código CRC **8E265E18**.

29.0001.0058018.2018-72

0288829v2

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PROTOCOLO DE ENTRADA

Sequência: 859 / 2018 **Data/Hora:** 17/12/2018 14:08

Descrição:

OFÍCIO DO EXPEDIENTE
MPSP- ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI
COMPLEMENTAR 4.378 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

MPSP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Riachuelo, 115 - Bairro Sé - CEP 01007-904 - São Paulo - SP - www.mpsp.mp.br

DESPACHO

A análise da **ADI nº 2194941-86.2018.8.26.0000** demonstra que a ação tem por objeto a declaração de inconstitucionalidade de **cargos previstos na Lei nº 110, de 08 de janeiro de 1999**.

Conforme informações prestadas em referidos autos pela Prefeitura Municipal, a ação teria perdido o objeto ante a revogação promovida pela Lei nº 4.378, de 23 de outubro de 2018, que é objeto da presente representação.

Ante o exposto, **o presente procedimento é voltado à análise de eventual inconstitucionalidade da Lei nº 4.378, de 23 de outubro de 2018**.

Ante o exposto, de ordem, determino a expedição de ofícios à Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal, requerendo informações a respeito do ato normativo objeto da representação.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Lopes de Oliveira, Promotor de Justiça - Assessor**, em 06/12/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://wwwj.mpsp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0286578** e o código CRC **12DED6D3**.